



MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES

CÂMARA MUNICIPAL

ATA NÚMERO VINTE E QUATRO

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2016

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano dois mil e dezasseis, nesta vila de Fornos de Algodres, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões para o efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal de Fornos de Algodres com as presenças de: António Manuel Pina Fonseca, que presidiu, Rita Isabel Almeida Silva, Alexandre Filipe Fernandes Lote, João Carlos Paulo Nunes Felício da Costa e José Fernando Almeida Tomaz, Vereadores. -----

Deu-se início aos trabalhos pelas dez horas. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente para cumprimentar os Senhores Vereadores presentes, informando que estariam presentes o Chefe da Divisão Técnica Municipal e o colaborador Ricardo Silva representante da Divisão de Administração Geral. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS PARA 2017: ---

RELATÓRIO DO ORÇAMENTO -----

ORÇAMENTO -----

NORMAS PARA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO -----

GRANDES OPÇÕES DO PLANO -----

Interveio o Senhor Presidente informando que na elaboração do orçamento em discussão pretendeu-se obter um documento mais realista do que eleitoralista. Tendo em conta as Grandes Opções do Plano (GOP) entendeu que seria o momento certo para resolver situações urgentes, nomeadamente a Zona Industrial de Juncais, para que quem queira investir no concelho o possa fazer. -----



MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES

CÂMARA MUNICIPAL

De seguida usou da palavra o Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz afirmando que a falta de parecer prévio do Fundo de Apoio Municipal (FAM) poderia condicionar algumas situações previstas no mesmo. O documento denotava algum rigor em organização, era claro e fácil de perceber, ainda que subsistissem algumas dúvidas. -----

Interveio a Senhora Vice-Presidente Rita Isabel Almeida Silva informando que o parecer do FAM virá ao encontro do que foi previsto no orçamento. -----

De seguida usou da palavra o Senhor Presidente para dar conhecimento do parecer prévio aos documentos previsionais para 2017 emitido pelo FAM, bem como de um parecer emitido pela CCDRC, a pedido do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

Usou da palavra o Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz referindo-se ao quadro da página 23 que no seu entendimento não havia uma redução de receita efetiva porque tinha sido considerado no orçamento de 2016 o Programa de Ajustamento Financeiro (PAM). -----

O Senhor Presidente informou que a receita estava orçamentada e que se o PAM não fosse aprovado até ao final de 2016 seria proposta uma alteração orçamental para a diminuição do valor global do orçamento. -----

O Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz afirmou que na sua opinião deveriam ter sido utilizados os valores efetivos do ano e não os que estavam previstos no orçamento. O que dava a entender a quem lia o relatório era que havia um decréscimo de 14 milhões de receita para o ano 2017, pelo que no seu entendimento a expressão orçamentado relativamente a 2016 deveria estar sempre explícita. -----

Interveio a Senhora Vice Presidente informando que essa expressão era utilizada no relatório e que a informação relativa ao PAM iria ser prestada no relatório de contas. -----

O Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz questionou se o descrito na página 4 do relatório, *“o orçamentado para 2017 apresenta um decréscimo de receita de 14.771.000,00 €, ou seja, menos 70,98% do que em 2016. Esta redução está associada ao abandono do cenário que previa a reestruturação de 50% do capital em dívida do empréstimo inicial com a Caixa Geral de Depósitos, Millennium BCP resultado do Plano de Reequilíbrio Financeiro e o reembolso total com fundos do FAM”*, significava a liquidação de toda a dívida à banca à qual o Senhor Presidente respondeu afirmativamente. -----



MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES

CÂMARA MUNICIPAL

Relativamente ao quadro 14 da página 23 o Senhor Vereador questionou o ano em que seria realizada a amortização de 349.040,00 € e juros no valor de 142.712,75 €, tendo o representante da Divisão de Administração Geral (DAG), Ricardo Silva, informado que seria para o próximo ano uma vez que não era previsível saber a data de entrada em vigor do FAM. O Senhor Vereador entendeu que este assunto carecia de uma explicação uma vez que os números apareciam sem uma justificação. -----

A Senhora Vice-Presidente afirmou que se tratava de uma previsão e que poderia ser tudo liquidado no caso de a verba ser desbloqueada ainda este ano. -----

Usou da palavra o Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz afirmando que a posição que iriam tomar estaria sujeita ao parecer do FAM, no entanto existiam algumas questões que pretendia que fossem esclarecidas. Relativamente aos transportes o parecer prévio do FAM recomenda para que sejam tomadas medidas para a redução dessa despesa, no entanto prevê-se um aumento. -----

O Senhor Presidente informou que dada a dimensão do concelho a Câmara não tinha capacidade negocial com as empresas de transporte, pelo que se não aceitassem as condições que lhes eram propostas ficariam sem serviço. Informou ainda que esse assunto estaria a ser resolvido uma vez que a Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE) passaria a fazer a gestão dos transportes. -----

Interveio o Senhor Vereador Alexandre Filipe Fernandes informando que no ano anterior conseguiu-se negociar com a empresa Berrelhas no sentido de não ser considerado um transporte deficitário e deste modo tratar todos os operadores de transportes por igual. -----

A Senhora Vice-Presidente esclareceu que as recomendações apresentadas pelo FAM são recomendações. Apenas deverão ser realizadas se houver possibilidade efetiva. Neste caso específico o FAM não recomenda que não se realize o transporte escolar uma vez que se trata de um serviço público essencial. -----

O Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz solicitou ainda esclarecimentos relativamente à redução de 9% de receita de cobrança de multas, à qual o Senhor Presidente esclareceu que na realidade elas não existiam e as notificações que foram feitas nos últimos meses ainda não tinham sido pagas. Questionou ainda os motivos porque se previa a redução do quadro do pessoal. O Senhor Presidente informou que a redução da despesa com o pessoal



MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES

CÂMARA MUNICIPAL

tinha a ver com a situação da Caixa Geral de Aposentações (CGA) de um colaborador e de pedido de reforma de outro. -----

O Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz questionou ainda o valor elevado previsto para formação e para estudos, pareceres e projetos de consultoria. Sobre estas questões o Senhor Presidente informou que a formação era relativa aos projetos da CIMBSE, em que várias candidaturas tinham a componente de formação aos técnicos municipais e que relativamente aos estudos, pareceres e projetos o valor dizia respeito ao pagamento do Revisor Oficial de Contas e a alguns projetos que estavam a ser desenvolvidos no âmbito da CIMBSE. Outra questão que o Senhor Vereador solicitou que fosse esclarecida, face à falta de informação que é dada, referia-se aos valores elevados nas rubricas “outros” na aquisição de bens e na aquisição de serviços. -----

O representante da DAG informou que relativamente à aquisição de serviços a rubrica “outros”, conforme página 7/9 do Anexo II, 170.000,00 € diziam respeito a encargos com iluminação pública e de acordo com o Anexo VIII, página 4/9, 110.000,00 € eram referentes a diversas candidaturas no âmbito da CIMBSE. Informou, ainda, que nestas rubricas também estavam incluídas as despesas referentes às quotas que por definição do indicador económico deviam aí ser incluídas. -----

O Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz afirmou que até poderia estar tudo correto, mas que face à falta de explicação não seria fácil concluir nesse sentido. Questionou o motivo pelo qual se previa um aumento da despesa no programa de emprego para 2017. O Senhor Presidente esclareceu que estava previsto, mas que tinha sérias dúvidas se os mesmos seriam aprovados. No entanto, esclareceu, que com a saída de colaboradores não é possível garantir os serviços mínimos da câmara, como por exemplo os serviços de limpeza que atualmente são assegurados por medidas de emprego. -----

Questionou também o motivo da redução das transferências para as Juntas de Freguesia, ao qual o representante da DAG informou que o valor orçamentado teve como base o acordo de execução e as despesas previstas para as próximas eleições autárquicas. -----

Relativamente ao Orçamento Participativo o Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz questionou se os projetos por eles identificados estariam incluídos no orçamento ao que o Senhor Presidente afirmou que alguns estavam mas não todos. -----



MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES

CÂMARA MUNICIPAL

O Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz retomou o assunto do FAM, afirmando que apesar de desconhecer o documento final, previa-se uma amortização de capital de 349 mil euros, pelo que pretendia colocar duas questões: a primeira, caso o FAM saísse em dezembro o que seria feito dos 349 mil euros que iriam sobrar; a segunda, se iriam ter um período de carência de dois anos. Face a tudo o que tem sido dito, incluindo as boas regras de gestão, tomou a posição de que concordava com nenhuma carência e que ao fazê-lo seria fazer exatamente o mesmo que tinha feito o anterior executivo, que andou vários anos apenas a pagar juros. -----

O Senhor Presidente informou que os 349 mil euros, se fosse permitido, poderiam ser usados para amortização da dívida e que o período de carência era uma imposição do FAM. -----

A Senhora Vice-Presidente usou da palavra, solicitando ao Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz para não comparar a gestão da dívida do atual executivo com o anterior. Uma prestação mensal de 216 mil euros seria um legado que não deixaria ao futuro executivo, fosse ele quem fosse. O Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz interveio sugerindo que deveria ser feito um plano de amortizações imediato. A Senhora Vice-Presidente afirmou que a gestão autárquica estava assegurada neste PAM e o legado não será uma Câmara insolvente como o executivo do PSD fez. A este respeito, o Senhor Vereador Alexandre Filipe Fernandes Lote, afirmou que discordava com a posição do Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz, uma vez que o plano não coloca em risco em nenhum momento, o cumprimento das obrigações com o serviço de dívida nem a capacidade do Município em dar resposta às necessidades básicas da população. -----

Relativamente ao aumento do capital social das empresas Terras Serranas e Fornos Vida, o Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz questionou sobre o ponto da situação. O Senhor Presidente informou que até essa data não tinha sido encontrada nenhuma ata onde constasse uma deliberação em que o acionista Câmara Municipal tivesse decidido nesse sentido, pelo que na sua opinião o mesmo não aconteceu. -----

No que diz respeito aos valores apresentados pela Assembleia Municipal, o Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz perguntou se os mesmos estavam previstos no orçamento para 2017. O Senhor Presidente informou que a Assembleia Municipal tinha dado conhecimento dos mesmos e que estavam previstos os obrigatórios, que nos restantes tinha havido algumas



MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES

CÂMARA MUNICIPAL

reduções e que tinham cortado a totalidade prevista para a reparação e manutenção da sede da Assembleia Municipal, uma vez que por o edifício não pertencer à Câmara seria necessário realizar um protocolo com a Associação de Promoção Social, Cultural e Desportiva de Fornos de Algodres (APSCDFA) e por outro lado algumas beneficiações poderiam ser realizadas pelos colaboradores da câmara. Afirmou, ainda, que considerava o valor de 3.500,00€ bastante elevado perante a forma como estava a funcionar a sede da Assembleia Municipal. Relativamente ao material de escritório o mesmo deveria ser solicitado à secção de aprovisionamento da Câmara Municipal. -----

Interveio o Senhor Vereador João Carlos Paulo Nunes Felício da Costa afirmando que o valor previsto em orçamento era de cerca de 13.000,00€ e que o mesmo não chegaria para pagamento das senhas dos membros da Assembleia Municipal. O colaborador Ricardo Silva, informou que os valores previstos constavam no anexo II, página 5/9, discriminando 500,00€ em despesas de representação, 1.750,00€ em ajudas de custo, 10.300,00€ em outros, 500,00€ em comunicações e 500,00€ em formação. O Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz afirmou que concordava que as obras fossem realizadas pela câmara, mas salientou que não se poderiam esquecer que tinha sido acordado em Tribunal a sede da Assembleia Municipal passar para as instalações APSCDFA, mas que também não seria a APSCDFA que iria pedir alguma coisa ou impedir que as obras fossem realizadas. Questionou se a higiene e limpeza seria suportada pela APSCDFA. -----

Usou da palavra o Senhor Presidente, esclarecendo que as senhas de presença e os subsídios de transporte dos membros da Assembleia Municipal seriam pagas, nem que para tal tivesse de ser feita uma alteração orçamental. As ajudas de custo apenas seriam pagas quando houvesse representação, afirmando que ele próprio não as requeria. -----

O Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz afirmou que ficava tudo da mesma maneira, uma vez que estava tudo englobado no orçamento da Câmara e que assim não fazia sentido estar a separar as despesas. O Senhor Presidente esclareceu que não houve nenhum pedido do Senhor Presidente da Assembleia Municipal que tivesse sido recusado. -----

Interveio o Senhor Vereador Alexandre Filipe Fernandes Lote afirmando que uma coisa era analisar um plano com um período de carência que empurrava para a frente uma prestação mensal do serviço de dívida de 216 mil euros e outra coisa era analisar um plano com um



MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES

CÂMARA MUNICIPAL

período de carência e com uma taxa de esforço de dívida como aquele que seria apresentado. Nesse sentido era de sua opinião que o Município utilizasse essa disponibilidade financeira no sentido de melhorar e dar resposta a situações mais graves existentes no concelho. Relativamente ao orçamento referiu que na sua opinião continuava a haver uma melhoria contínua do documento, conforme já tinha sido referido pelo Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz, uma vez que o considerava claro, que possibilitava o escrutínio e uma análise rigorosa por parte da oposição, cumprindo o que tinha sido prometido no programa eleitoral e sobretudo que resultava de um grande envolvimento dos colaboradores do município. Afirmou ainda que se tratava de um orçamento que tinha sido feito por um conjunto de pessoas e que nas pessoas dos dois chefes de divisão deixava a sua palavra de apreço para todos os colaboradores pelo extraordinário trabalho que tinham feito no sentido de encontrarem as melhores respostas para as pessoas. -----

Usou da palavra a Senhora Vice Presidente agradecendo ao Chefe de Divisão e ao representante da DAG a elaboração do documento em discussão e afirmando que relativamente ao PAM se revia na opinião do Senhor Vereador Alexandre Filipe Fernandes Lote, reforçando a ideia que tinham o melhor programa de ajustamento que poderia ter sido elaborado pelo Município de Fornos de Algodres e que não deixariam o legado a posteriores executivos, que poderiam gerir o Município, dentro da pesada herança que lhes foi deixada, e satisfazer as necessidades básicas essenciais de todos os munícipes de Fornos de Algodres. Os princípios deste orçamento foram o rigor, a prudência e a avaliação dos pressupostos. Afirmou que tinham sido muito criteriosos na despesa, com a consolidação da situação financeira da autarquia e cumprido com o que tinha sido sufragado e que constava plano eleitoral. -----

Interveio o Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz referindo que concordava na melhoria contínua do documento, que se notava evolução, no entanto poderia ser mais preciso em algumas explicações. Afirmou que se tinham sido os colaboradores da instituição era sinal que havia pessoas com capacidade e não precisavam de andar a recorrer a entidades externas.

Usou da palavra o Senhor Vereador João Carlos Paulo Nunes Felício da Costa afirmando não ter nada a acrescentar e que tinha deixado nas mãos do Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz a participação nessa reunião e que iriam apresentar uma declaração de voto. --



MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES

CÂMARA MUNICIPAL

Face ao exposto o Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz afirmou que o sentido de voto dos vereadores da oposição seria o da abstenção. -----

Em conclusão, o Senhor Presidente louvou o trabalho realizado pelos técnicos do Município, desde a área técnica à área financeira. Salientou o facto de nesse momento, tendo em conta os constrangimentos financeiros existentes, não ser possível valorizar o trabalho que alguns colaboradores têm desenvolvido. Sem colocar em causa a regra do equilíbrio orçamental e do aumento das despesas com pessoal, iria abordar a CCDRC no sentido de os posicionar na categoria e posição remuneratória onde deveriam estar, uma vez que dificilmente existiam outras formas de os valorizar. Relativamente ao orçamento afirmou que sendo o ultimo antes das próximas eleições, tentou responder a algumas das solicitações da oposição e dos Senhores Presidentes de Junta. -----

O Senhor Presidente propôs a votação os seguintes documentos para 2017: -----

Relatório do Orçamento -----

Orçamento -----

Normas para Execução do Orçamento -----

Grandes Opções do Plano -----

Os Senhores Vereadores do PSD entregaram declaração de voto, que se dá aqui como transcrita: -----

“Orçamento 2017 - Declaração de voto dos vereadores do PSD -----

Ao longo dos tempos a evolução do Relatório de Actividades e Orçamento tem sido positiva, fruto do esforço levado a cabo pelos colaboradores que neles intervêm. -----

O documento denota rigor, no entanto, a discriminação de vários itens continua a ser vaga onde, ainda que possa ser justificado, a rubrica outros tem, um peso significativo em muitas contas o que pode esconder intenções eleitoralistas impostas por ideias partidários ou sectoriais. -----

Pensávamos que sendo um documento influenciado pelo PAM seria um orçamento que, condicionando o investimento, daria mais relevância à liquidação das dívidas. -----

Ora, ao contrário do que esperávamos, é-nos apresentado um orçamento influenciado pela carência de capital proposta na reestruturação da dívida, agora assumida na integra pelo



MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES

CÂMARA MUNICIPAL

FAM e que servirá, mais uma vez, para deixar para outros mandatos a liquidação das responsabilidades, neste caso prolongadas por mais 35 anos. -----

Congratulamo-nos com o documento por contemplar as nossas sugestões de introduzir os projectos apresentados pelos munícipes e não contemplados no orçamento participativo, com as propostas de conservação e a manutenção dos espaços públicos existentes, assim como com a intenção de intervenção em infra-estruturas que atingiram a saturação máxima, ou com a aquisição de bens ou serviços que permitam manter as acessibilidades em perfeito estado de conservação contribuindo para evitar algumas calamidades. -----

Mas, no seguimento das sugestões que os eleitos do PSD têm vindo a apresentar, vemos que a proposta de Relatório de Atividades e Orçamento para o Município de Fornos de Algodres, apresentada pelo executivo camarário, para o ano de 2017, continua a não contemplar verbas claras e disponíveis para o investimento para a criação de condições que fomentem empregos duradouros, demonstrando assim uma falta de visão, de plano, de estratégia, e de medidas adequadas para a fixação e bem-estar das populações no concelho. -----

Sem dúvida alguma, um plano que não passe pela captação de investidores e investimento, criando postos de trabalho necessários ao desenvolvimento do Concelho e à sobrevivência das pessoas e das famílias, não poderá ser um orçamento com o qual possamos estar de acordo. -----

Ora, pelo que se disse, os vereadores do PSD não poderiam votar favoravelmente o Orçamento Municipal para 2017, apresentado pelo executivo, pelo que declaram que se irão abster e informam que se o PAM continuar a apresentar a carência de dois anos na amortização de capital, também não votarão aquele documento favoravelmente. -----

Fornos de Algodres, 31 de Outubro de 2016 -----

Os Vereadores” -----

A Câmara deliberou aprovar por maioria, com duas abstenções as do Senhor Vereador João Carlos Paulo Nunes Felício da Costa e do Senhor Vereador José Fernando Almeida Tomaz -----



MUNICÍPIO DE FORNOS DE ALGODRES

CÂMARA MUNICIPAL

2 - PROPOSTA PARA QUE SE SUBMETA À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL OS SEGUINTE DOCUMENTOS PARA O ANO 2017 -----

RELATÓRIO DO ORÇAMENTO -----

ORÇAMENTO -----

NORMAS PARA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO -----

GRANDES OPÇÕES DO PLANO -----

O Senhor Presidente propôs que se submeta à aprovação da Assembleia Municipal os seguintes documentos para 2017: -----

Relatório do Orçamento -----

Orçamento -----

Normas para Execução do Orçamento -----

Grandes Opções do Plano -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade -----

3 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA -----

O Senhor Presidente, após leitura da ata, propôs a sua aprovação. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade -----

Não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, da qual nos termos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, foi lavrada a presente ata que vai ser lida e assinada nos termos da lei. -----

O Presidente da Câmara

(António Manuel Pina Fonseca)